



ANTONIO TEIXEIRA DE BARROS
THAIS TEIXEIRA SANTOS

Informação política e interação digital nos parlamentos dos países lusófonos

Análise Social, 223, LII (2.º), 2017

ISSN ONLINE 2182-2999

EDIÇÃO E PROPRIEDADE

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa Portugal — analise.social@ics.ul.pt



Análise Social, 223, LII (2.º), 2017, 360-391

Informação política e interação digital nos parlamentos dos países lusófonos. O artigo analisa os instrumentos digitais de informação e interação política dos parlamentos dos oito países de língua portuguesa. Os *websites* das casas legislativas foram monitorizados com o intuito de mapear os mecanismos de informações legislativas, formas de contacto com a sociedade e de auscultação da opinião pública. Os resultados indicam maior investimento na oferta informativa, seguido do estímulo ao cidadão para o contacto por e-mail. A principal lacuna dos *websites* refere-se à falta de canais de interatividade, participação cidadã e mecanismos de consulta popular.

PALAVRAS-CHAVE: transparência política; *accountability*; parlamentos dos países de língua portuguesa; *websites* legislativos.

Informative accountability and digital interaction in the parliaments of Portuguese-speaking countries. We analyze the digital instruments of information and political interaction of the parliaments of the eight Portuguese-speaking countries. The websites of legislative bodies were monitored in order to record their information mechanisms, and forms of addressing and listening to the public. Results indicate greater efforts to provide information and to improve citizen participation via emails. The greatest failures of websites are the lack of interactivity, citizen participation, and search methods available to the public.

KEYWORDS: accountability; Portuguese language parliaments; legal websites.

ANTONIO TEIXEIRA DE BARROS

THAIS TEIXEIRA SANTOS

Informação política e interação digital nos parlamentos dos países lusófonos

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objeto de análise os *websites* dos parlamentos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), como o propósito de mapear as ferramentas digitais usadas para proporcionar transparência às atividades dessas instituições, por meio da divulgação das atividades legislativas. O segundo foco de análise compreende o levantamento sobre os dispositivos utilizados para o contacto e a interação cidadã, o que inclui as possíveis formas utilizadas por essas instituições para a auscultação das tendências de opinião pública.

O estudo tem fundamento teórico no pressuposto de que a democracia representativa no contexto digital combina três elementos essenciais, segundo Karlsson (2013). O primeiro é a responsabilidade informacional (*accountability* informativa), ou seja, formas de *accounts* (narrativas) políticas que se enquadram na categoria de prestação de contas à sociedade, seja por meio de notícias, declarações, documentos, relatórios, pronunciamentos e discursos voltados para informar os cidadãos sobre as atividades institucionais dos órgãos parlamentares ou do seu próprio corpo legislativo. O segundo elemento é a conexão com os públicos eleitorais, os grupos de interesse e quaisquer cidadãos interessados na agenda legislativa, por meio do estímulo ao contacto e à interação, numa perspectiva de *representação circular* ou dialógica (Urbinati, 2005), ou seja, um modelo de representação política baseado no diálogo e na negociação contínua entre representantes e representados. O terceiro fator inclui os modos de prospeção da opinião pública (*inquiry*), numa tentativa de sondar os climas de opinião política e de fazer as instituições parlamentares e

os próprios representantes tomarem conhecimento das principais tendências de opinião pública, embora não tenham compromisso direto de a elas se alinharem total ou parcialmente.

O estudo inscreve-se na concepção de transparência e interação políticas como fenómeno socialmente construído, ou seja, resultante das relações entre os diferentes atores políticos, representados por dois polos: o Estado e a sociedade. Essa ideia encontra respaldo no pressuposto sociológico de que as necessidades e os valores sociais e políticos são definidos e redefinidos de acordo com a dinâmica sociocultural, marcada pela vontade e o julgamento que comandam as motivações para o agir na esfera pública, consoante as diferenciações relativas às especificidades das épocas históricas, a configuração das sociedades situadas, com as suas classes, grupos sociais e atores políticos (Barros, 2015). Afinal, essas necessidades não são homogêneas, nem fixas e nem seguem leis pré-estabelecidas. Ao contrário, elas são diversificadas, em decorrência da pluralidade de sujeitos e atores que as expressam e são também criadas e recriadas em função dos progressos no campo político e cultural (Figueiredo, 1989).

Exemplo disso é que nem sempre a transparência política foi defendida ou considerada uma necessidade social e moralmente relevante. Houve épocas em que se defendia exatamente o contrário, ou seja, o segredo e o resguardo das informações políticas, da atuação do Estado e das suas instituições. Isso reforça mais um postulado sociológico de que a vontade que comanda o agir social varia segundo as diferenciações inerentes a cada contexto histórico, a cada sociedade. Afinal, as estruturas sociais condicionam e interferem no arbítrio dos sujeitos sociais e políticos, uma vez que são os sujeitos segundo as condições sócio-históricas que criam situações concretas no mundo social e são os fatores daí resultantes que podem ser revelados (Figueiredo, 1989).

Os *websites* das casas legislativas dos oito países que formam a CPLP¹ foram acompanhados durante duas fases de dois semestres legislativos. A primeira compreendeu o último trimestre de 2014 (setembro a novembro) e a segunda o primeiro trimestre legislativo de 2015 (fevereiro a abril), com o intuito de mapear os mecanismos de informações legislativas, formas de contacto com a sociedade e de prospeção da opinião pública. A justificação para os dois períodos de análise deve-se a dois aspetos. O primeiro diz respeito à realização de eleições parlamentares em dois países da CPLP que coincidiram com o primeiro trimestre da coleta de dados em 2014: Moçambique e São Tomé e

1 A CPLP foi criada em 1996, com o objetivo de aprofundar a amizade mútua e a cooperação entre os seus membros. Reúne os oito países lusófonos: Angola, Brasil, Cabo Verde, Portugal, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Príncipe.² O segundo é consequência do primeiro, pois sentiu-se a necessidade de confirmar e cotejar as informações coletadas em 2014. Além disso, esse procedimento teve como propósito observar eventuais acréscimos ou alterações de informações nos *websites*, o que não se confirmou.³

Foram consideradas prioritariamente as seguintes áreas temáticas para o estudo: informações sobre as atividades legislativas, prestação de contas e balanços financeiros, meios de divulgação institucional das atividades dos parlamentos, formas de contacto e relacionamento com a sociedade, divulgação sobre as atividades de educação política e meios de consulta à opinião pública, como os inquéritos. Esses temas são registados na literatura como os mais relevantes nos estudos sobre *websites* parlamentares, quando se trata do exame da transparência e das formas de interação com o cidadão (Barros, Bernardes e Rehbein, 2015a, 2015b e 2015c). Antes da apresentação dos dados, o texto apresenta uma breve reflexão sobre a transparência política aplicada ao contexto dos países da CPLP, com foco na responsabilização informativa e na interação cidadã.

PARLAMENTOS DA CPLP NA DEMOCRACIA DIGITAL

A conexão entre política e internet é cada vez mais visível devido ao crescente uso dessa ferramenta pelos atores políticos e pelos cidadãos na vida quotidiana. As instituições políticas buscam cada vez mais visibilidade e legitimidade perante a opinião pública. Afinal, a visibilidade é da natureza da política. O *World e-Parliament Report* (2016, p. 42) mostra que 97% dos parlamentos do mundo já estão com uma presença *online* ativa, mas “predominam as ferramentas para divulgar informações”. Esta é uma lacuna importante, pois a comunicação dos parlamentos com a sociedade requer bilateralidade, uma que a esfera política parlamentar é marcada pelo debate.

Pesquisadores de vários países investigam o incremento nas estratégias de transparência por parte das instituições legislativas nos últimos anos. Para autores como Leston-Bandeira (2012), o uso de dispositivos digitais é uma tentativa de reação ao descrédito e à apatia política das atuais sociedades. Assim, os parlamentos percebem a internet como uma ferramenta de

2 As eleições em STP ocorreram em 12 de outubro de 2014 e as de MZ em 15 de outubro.

3 A literatura regista mudanças expressivas nas dinâmicas parlamentares quando há eleições (Jungheer, 2014). Entretanto, o levantamento aqui apresentado mostrou que as eleições não interferiram na estrutura e nos conteúdos dos *websites* dos parlamentos. Isso explica-se porque os *websites* são geridos pelo sistema burocrático das instituições, na maioria dos casos, com comités compostos por funcionários com *expertise* em ferramentas digitais, o que reduz a interferência política direta (Barros, Bernardes e Rebbhein, 2015a, 2015b e 2015c).

modernização da visibilidade institucional, capaz de promover um estilo político mais dialógico. As mudanças trazidas pela internet afetam principalmente o relacionamento das instituições políticas com a sociedade. A tendência é que os parlamentos utilizem a internet como forma de suprir lacunas de transparência e responsabilização e de, com isso, buscar legitimidade perante a opinião pública. Conforme argumenta Batista (2003a; 2003b e 2006), cada vez mais as sociedades exigem transparência política e meios para expressar as suas demandas e opiniões, de modo que a participação cidadã é um dos componentes mais importantes do contexto atual. Baseado em uma série de estudos empíricos na América Latina, o autor constata que existem vínculos diretos entre a implementação de projetos de governança política digital e as boas práticas de governança e de participação social. Para o autor, a boa governança atualmente é inconcebível sem levar em conta os dispositivos de interação entre as instituições políticas e a sociedade. Esse é o mesmo argumento usado por Norton (1998), ao estudar os parlamentos europeus.

Soma-se a isso o facto de grande parte da população revelar descrédito em relação aos legislativos de diversos países. Há uma vasta gama de autores que observam que tensões entre eleitores e eleitos se agravam e podem gerar ou agravar crises sobre aspetos da representação política. Seriam sinais dessa crise: o baixo interesse e presença em pleitos eleitorais (Norris, 2011); e o desprezo pelos partidos políticos (Dalton, 2012). Por outro lado, entretanto, Pogrebinschi e Santos (2011) apontam para o facto de que, não tendo havido mudanças significativas nas estruturas dos governos representativos, talvez não seja procedente a afirmação de que há uma crise em curso.

Para esses autores, o momento atual é de experimentação de novos modelos, com a nítida intenção de ampliar a participação dos cidadãos para além do exercício do direito do sufrágio, de forma a que o exercício da cidadania não se esgote nas eleições, e que os cidadãos se expressem de forma menos mediada, excluindo, inclusive os próprios partidos políticos. Dessa forma, essas práticas fortalecem a democracia, ampliando o papel dos cidadãos e descartando-se a participação como enfraquecimento das instituições.

No atual contexto de política informacional, os parlamentos tendem cada vez mais a recorrer a estratégias digitais, cujos websites são o foco da divulgação, uma espécie de “palanque virtual” ou de *outdoor* na esfera virtual (Castells, 2003). É oportuno ressaltar que a literatura especializada mostra como a relação entre política e internet se tornou inevitável, com o uso quase generalizado de *websites* pelas instituições políticas (Leston-Bandeira, 2012). A ênfase para o provimento de informações, seguindo a lógica da oferta de informações, ou seja, os *websites* das instituições atuam como emissores, com uma abordagem similar à concepção de *media* táticas (Juris, 2005), que buscam enquadramentos

informativos diferenciados e estratégicos, segundo a perspectiva dos próprios parlamentos. São também denominados *media das fontes* (Sant'Anna, 2008), ou seja, mantidos e administrados pelas próprias instituições.

Na esfera parlamentar, marcada pelo debate, formulação e aprovação de políticas públicas, os efeitos das internet são crescentes, como regista a literatura especializada internacional e no contexto brasileiro (Norris, 2011; Faria, 2012). As estratégias de transparência digital justificam-se, em linhas gerais, pela busca de maior visibilidade e legitimidade social.

Nesses termos, o estudo de Silva *et al.* (2009) aponta três dimensões em que efetivamente os *sites* parlamentares podem contribuir para o avanço da democracia e da representação política: publicidade, responsabilização e participação. “Falar em publicidade, *accountability* e participação significa pensar em três elementos fundamentais para a dinâmica das democracias hoje” (Silva *et al.*, 2009, p. 4). Se a publicidade é inerente ao poder, tornar públicos os atos dos representantes políticos é indispensável para a democracia e o exercício da representação política. Assim, uma função dos *sites* das instituições parlamentares seria disponibilizar o máximo de informações aos cidadãos. Cabe às instituições legislativas e parlamentares, portanto, desenvolverem estratégias para a construção de interfaces digitais dessas instituições com os cidadãos, por meio dos seus portais na internet.

A *responsabilização* (no sentido de *accountability*) pode ser entendida como a responsabilidade dos representantes e das instituições parlamentares de prestarem contas com regularidade à sociedade e aos cidadãos, por se tratar de uma relação assimétrica de poder. A participação, por sua vez, é entendida como retroalimentação da representação, num processo de negociação contínua ou *representação circular* (Urbinati, 2005). Trata-se de um modo de incluir os eleitores na produção das decisões políticas. No caso dos parlamentos, isso implica abertura para a influência do cidadão sobre os agentes da representação. Isso significa considerar novos fluxos de *inputs* políticos e novos mecanismos de interação e de governança digital, com a incorporação das tecnologias avançadas à atividade parlamentar (Faria, 2012).

O debate sobre democracia digital, transparência política dos parlamentos, responsabilização e temas afins está diretamente relacionado com a questão da confiança do cidadão nas instituições políticas. Cabe ressaltar que o tema da confiança dos cidadãos nas instituições sociais e políticas e da legitimidade dos regimes políticos é um dos assuntos mais debatidos nas ciências sociais, já há algum tempo (Giddens, 1990). A confiança institucional é um dos elementos centrais da modernidade, na forma de credibilidade pública, o que se reflete diretamente na imagem e na reputação de governos e instituições públicas. Trata-se de “uma forma de fé na qual a segurança adquirida em

resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva” (Giddens, 1990, p. 29). Dessa forma, a confiança expressa no nível de adesão ao regime democrático e na utilização das instituições oficiais constitui um fator simbólico relevante para a estabilidade política e institucional. No cenário atual, a confiança e a legitimidade das instituições políticas, especialmente as parlamentares, é constantemente posta à prova (Miguel, 2008).

A discussão está conectada à ideia de que a confiança da população nas instituições dos seus países ou comunidades é um aspeto essencial para a legitimidade do regime político e, portanto, para a estabilidade do sistema social. De maneira geral, podemos dizer que quanto mais confiança nas instituições, maiores as chances de desenvolvimento de um regime democrático satisfatório para a população (Norris, 1999; Lijphart, 2001; Tilly, 2008). No sistema representativo, com parlamentos, isso adquire ainda mais importância.

Por outro lado, já se tornou comum o diagnóstico de vários autores (Moisés, 2010) sobre a crise de descrédito por que passam as instituições políticas contemporâneas. Pesquisas recentes revelam que o nível de confiança da população nas instituições políticas nunca foi tão baixo, especialmente em relação às Casas Legislativas (Leston-Bandeira, 2012). Existe uma gama de razões que atuam em conjunto para construir esse contexto de desconfiança política, como o histórico de recorrentes escândalos políticos, informações distorcidas e instâncias políticas disfuncionais. O desenvolvimento de uma cidadania cada vez mais crítica e vigilante é apontado como um dos fatores do aumento da desconfiança (Ribeiro, 2011).

As democracias em fase de consolidação, como a maioria dos países de língua portuguesa, padecem da “síndrome de desconfiança generalizada” (Ribeiro, 2011). Mas seriam as causas da desconfiança política nesses países as mesmas identificadas nas democracias avançadas? Segundo Ribeiro (2011), as razões são distintas e as explicações devem ser procuradas no contexto cultural e histórico. Enquanto nas democracias consolidadas a desconfiança é fruto do elevado nível de escolarização e informação dos cidadãos críticos, nas jovens democracias, a explicação estaria na desilusão dos cidadãos com o funcionamento concreto das instituições políticas, principalmente dos parlamentos. Do ponto de vista específico da CPLP:

Genericamente, o padrão de confiança nas instituições (...) obedece à seguinte tendência: enquanto em Portugal os cidadãos tendem a confiar mais nas instituições de oferta pública do que nas instituições de oferta privada, nos países africanos lusófonos a tendência é oposta, ou seja, tendem a confiar mais nas instituições de iniciativa privada do que na oferta pública. Paradoxalmente, Portugal é o país que não obstante confiar mais nas

instituições de oferta pública (como na saúde e no ensino), apresenta como instituição em quem confia “menos”, o Estado Central [Finuras, 2013, p. 312].

Contudo, complementa o autor, regista-se um quadro comum a todos os países “no que se refere à pouca confiança nas instituições da esfera política, principalmente o parlamento” (Finuras, 2013, p. 312). O mesmo ocorre no Brasil, onde o parlamento regista os menores índices de confiança, quando comparado com as demais instituições (Moisés, 2010). O quadro 1 apresenta uma síntese de pesquisas recentes que enfatizam a desconfiança dos cidadãos nos parlamentos lusófonos. Numa escala de zero a dez, o melhor desempenho é o do parlamento de Cabo Verde (3,01) e o menor é o do parlamento de Angola (2,02), com a ressalva de que todos apresentam em comum a baixa aprovação da sociedade, com pequenas variações.

Almeida e Vianna (2015) apontam que, no caso de regimes híbridos ou pseudodemocracias (regimes nos quais os países passaram por recente processo de redemocratização e estão entre a democracia plena e a ditadura assumida, sendo perceptível em grande parte da América Latina), são os que passam por maiores problemas com relação à responsabilização, como também foi observado e descrito por Moisés (2008).

Os oito países que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) atualmente apresentam grande diversidade e assimetrias em termos de organização política e de institucionalização do regime democrático. Esses países compartilham traços culturais e linguísticos comuns, mas também são muito distintos em termos políticos. Não é nosso objetivo esmiuçar aqui os pormenores relacionados com as diferenças e semelhanças, mas apenas situar brevemente a atuação dos parlamentos de cada um desses países, a fim de compreender qual o papel da internet na relação entre tais parlamentos e a sociedade. As assimetrias também existem em termos económicos, demográficos e sociais⁴, como

QUADRO 1
Índice de confiança política nos parlamentos da CPLP

País	Confiança
Angola	2,02
Brasil	2,20
Cabo Verde	3,01
Guiné-Bissau	2,90
Moçambique	2,10
Portugal	2,53
S. Tomé e Príncipe	2,75
Timor Leste	2,93

Fonte: Elaboração do autor, com base em Finuras (2013); Observatório da África (2015); Ibope (2015). Escala de zero a 10.

4 Atendendo à falta de espaço para desenvolver uma contextualização detalhada sobre cada país da CPLP, remetemos para algumas das fontes que tratam dessas assimetrias com mais detalhes: Amorim Neto e Lobo (2010); Jaurá (2004); Nazar (2014).

se vê no quadro 2, que apresenta uma síntese comparativa sobre a situação dos oito países da CPLP.

QUADRO 2

Dados demográficos, económicos e sociais dos países da CPLP

País	Área-Km2	População	PIB \$ -Bilhões	IDH	Exp. Vida	Alfabeti- zação %	Índice Gini %
Angola	1.246.700	24,383,301	175 540	0,526	42,7	73,5	0,427
Brasil	8.514.877	206,604,120	3 072 800	0,744	73,5	90,4	0,547
Cabo Verde	4.033	518,467	2 071	0,636	71,7	81,2	0,504
Guiné-Bissau	36.544	1,788,000	2 502	0,386	44,8	44,8	0,364
Moçambique	801.590	25,727,911	29 757	0,393	42,1	56,1	0,457
Portugal	92.391	10.676.910	275 997	0,822	77,9	95,4	0,3604
S. Tomé e Príncipe	1.001	206 178	612	0,558	68,8	84,9	0,506
Timor Leste	14.609	1,212,107	8 364	0,620	60,8	50,1	0,319

Fonte: Elaboração do autor, com dados oficiais dos *websites* do governo de cada país.

Da mesma forma, com o intuito de apresentar uma contextualização política mais consistente, o quadro 3 demonstra as diferenças em relação ao índice de democracia nos oito países da CPLP. Trata-se do notável índice da revista *The Economist*, aplicado a 167 países, com o objetivo de fazer um *ranking* das democracias contemporâneas, com pontuação de 0 a 10. O índice resulta da avaliação de cinco categorias gerais: o processo eleitoral e pluralismo político, as liberdades civis, o funcionamento do governo, participação política e cultura política. Com base nesse índice, os países são classificados como “democracias plenas”, “democracias imperfeitas”, “regimes híbridos” (todos considerados democracias) e “regimes autoritários” (considerados ditatoriais). No caso da CPLP, CV e PT ocupam as melhores posições do *ranking* e Angola e Guiné-Bissau as piores. Nenhum dos países da CPLP conquista a categoria de democracia plena, mas 50% enquadram-se na categoria de democracias imperfeitas, como mostra o quadro 3.

Do ponto de vista específico dos parlamentos, cabe destacar que a maioria apresenta organização unicameral. Apenas o Brasil é bicameral. Ademais, os parlamentos dos países da CPLP enfrentam o desafio relativo ao aperfeiçoamento da democracia, além de tentar equilibrar as forças políticas relacionadas com a distribuição de poderes de agenda entre os diferentes atores no interior do legislativo, resultando em ganhos democráticos no que se refere

QUADRO 3
Índice de democracia nos países da CPLP

Ranking	País	Pontuação	Processo eleitoral e pluralismo	Funcionamento do governo	Participação política	Cultura política	Liberdades civis	Categoria
32	CV	7.81	9.17	7.86	6.67	6.25	9.12	Democracia imperfeita
33	PT	7.79	9.58	6.43	6.67	6.88	9.41	Democracia imperfeita
44	TL	7.24	8.67	7.14	5.56	6.88	7.94	Democracia imperfeita
51	BR	6.96	9.58	6.79	5.56	3.75	9.12	Democracia imperfeita
109	MZ	4.60	4.42	3.57	5.56	5.63	3.82	Regime híbrido
131	AO	3.35	0.92	3.21	5.00	4.38	3.24	Regime autoritário
160	GB	1.93	1.67	0.00	2.78	3.13	2.06	Regime autoritário

Fonte: Índice de Democracia *The Economist*, 2015.

à estabilidade, responsabilização e representatividade (Anastasia, Melo e Santos, 2004).

Já existem vários estudos que avaliam a transparência e a abertura dos parlamentos. Não pretendemos replicá-los, mas aprofundar alguns aspetos, considerando sobretudo eventuais alterações inerentes ao próprio dinamismo da internet e ao seu uso para fins de promover a transparência política das instituições parlamentares no âmbito específico da CPLP. Cabe ressaltar ainda que existem poucos estudos sobre os parlamentos e a internet no âmbito da CPLP, como regista Salgado (2012), à exceção do Brasil e Portugal⁵, onde os estudos coincidem com levantamentos sobre os impactos da adoção de *media* digitais pelo parlamento, especialmente com o uso de *websites* como instrumento de transparência, responsabilização informativa e de democracia digital, por meio da abertura à participação social.

No caso brasileiro os estudos registam como positiva a postura institucional do parlamento, com a adoção das tecnologias digitais que se apresentam como um amplo horizonte de redefinição da relação do cidadão com o Estado e com o parlamento, em especial. Entretanto, esses estudos ques-

5 Para um panorama sobre as pesquisas brasileiras, v. Braga (2007); Faria (2012); Barros, Bernardes e Rehbein (2015a; 2015b e 2016) e Braga, Mitozo e Tadra (2016), entre outros. No caso português, destacam-se Cardoso e Nascimento (2003 e 2006); Leston-Bandeira (2011); Serra (2012) e Ferro (2015).

tionam a eficácia política desses instrumentos de participação do ponto de vista específico da democracia representativa na sua dimensão deliberativa e participativa:

Até o momento, a ênfase da instituição tem sido na oferta de canais para receber manifestações da sociedade, mas isso, por si só, não garante participação do cidadão nos processos decisórios. Faltam, portanto, mecanismos para fazer com que a participação seja levada aos gabinetes parlamentares, ao conhecimento dos representantes políticos e assegurar que haja resposta à sociedade. Mas, para isso, é preciso ainda despertar o interesse dos agentes políticos para a importância dessas ferramentas de interatividade e de participação social. Entre outros problemas para o real aproveitamento das contribuições do cidadão, podem ser citados a falta de estruturação mínima dos gabinetes para sistematização da participação, falta de visão dos parlamentares sobre as oportunidades de conexão eleitoral criadas por esses instrumentos (ou mesmo baixa preocupação com o bem coletivo ainda que sem conexão eleitoral) e falta de compreensão dos processos de participação pelos agentes políticos, especialmente aqueles realizados por meio das ferramentas digitais. Alguns parlamentares, entretanto, começam a fazer um uso mais intensivo desses canais de participação para mobilização dos cidadãos. Resta despertar o interesse dos demais agentes políticos para a importância desse fórum de debates [Barros, Bernardes e Rehbein, 2015a, p. 264].

De forma similar, os diagnósticos acadêmicos sobre o uso da internet pelo parlamento português indicam que existem obstáculos tecnológicos, culturais e políticos que ainda dificultam o uso da internet como veículo para a reformulação e melhoria da comunicação entre os políticos e os cidadãos:

Depreende-se que, em Portugal, os entraves ao desenvolvimento de uma democracia digital são essencialmente fruto de três dimensões entrecruzadas: (1) um sistema dos media onde predomina a televisão e, numa menor dimensão, os jornais; e onde jornalistas, editores, investidores e proprietários dos media procuram manter no seu controlo os canais de acesso aos atores políticos e a consequente ligação à população; (2) um sistema político parlamentar que não promove o contacto direto entre os atores políticos e os eleitores, no qual os parlamentares se encontram restringidos pelas diretivas advindas das direções partidárias e dos grupos parlamentares, refletindo-se numa utilização individual mais restrita das novas tecnologias de informação e comunicação no campo político; (3) uma não motivação dos cidadãos para a participação política tende também a não encorajar o fim deste ciclo vicioso, de não apropriação política da internet no quadro parlamentar [Cardoso e Nascimento, 2003, p. 136].

APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Iniciamos a exposição dos dados da pesquisa com a apresentação de um breve referencial institucional, com o propósito de fortalecer a contextualização, uma vez que se trata de um conjunto de países heterogêneos e com muitas assimetrias políticas, conforme já foi explicitado anteriormente.

REFERENCIAL INSTITUCIONAL

Antes da apresentação dos dados do levantamento realizado no *website* dos parlamentos, apresentamos um breve referencial institucional, a fim de contextualizar o levantamento e situar o leitor com algumas informações básicas. Isto justifica-se porque os parlamentos aqui estudados apresentam muitas diferenças entre si e peculiaridades relativas aos contextos políticos, à organização, composição e atuação política. O quadro 4 apresenta um panorama sobre tais instituições, como o sistema de governo, o sistema eleitoral, a duração do

QUADRO 4
Perfil político dos parlamentos da CPLP

País	Sistema de governo	Eleição	Mandato	Representantes	Partidos com representantes	Comissões Permanentes
Angola	Presidencial	Proporcional, lista fechada	5 anos	220	09	10
Brasil	Presidencial	Proporcional, lista aberta	4 anos	513	32	22
Cabo Verde	Semi-presidencial	Proporcional, lista aberta	5 anos	72	03	07
Guiné-Bissau	Semi-presidencial	Proporcional, lista fechada	5 anos	102	18	08
Moçambique	Semi-presidencial	Proporcional, lista fechada	5 anos	250	05	08
Portugal	Semi-presidencial	Proporcional, lista fechada	4 anos	230	06	12
S. Tomé e Príncipe	Semi-presidencial	Proporcional, lista fechada	4 anos	55	03	05
Timor Leste	Semi-presidencial	Proporcional, lista fechada	5 anos	88	04	07

mandato dos parlamentares, o número de representantes, a quantidade de partidos com representação parlamentar e o número de comissões. Os dados apresentados referem-se ao ano de 2015, quando foi concluído o levantamento.

Um aspeto relevante nos países da CPLP diz respeito à relevância do sistema semi-presidencial de governo, vigente na maioria dos países, como mostra o quadro 4. Apenas Angola e Brasil adotam o sistema presidencialista, no qual o presidente exerce o poder como chefe de estado e chefe de governo, simultaneamente. No semi-presidencialismo, a Constituição identifica tanto um presidente eleito diretamente e um primeiro-ministro responsável perante a legislatura (Moestrup, 2007). A literatura regista três fatores que caracterizam esse sistema: (a) o presidente é eleito por sufrágio universal; (b) o presidente possui poderes consideráveis; (c) existe um primeiro-ministro que é o chefe de governo e é responsável politicamente perante o parlamento; (d) existe um sistema de partilha de poder entre o executivo e o legislativo (Amorim Neto e Lobo 2010; Guedes, 2007). Além disso, no sistema semi-presidencial, a eleição de um presidente de mandato fixo pode proporcionar estabilidade política e legitimidade, mesmo que o parlamento seja altamente fragmentado e os governos sejam instáveis. Nesse contexto, o semi-presidencialismo pode ser considerado mais propício à democratização do que o parlamentarismo puro, conforme argumenta Moestrup (2007).

Conforme Amorim Neto e Lobo (2010, pp. 19-20), esse sistema produz impactos: (a) na dinâmica parlamentar, pois os parlamentos controlam permanentemente o executivo; (b) na dinâmica diárquica ou de equilíbrio, pois “pode significar a demarcação de áreas distintas do governo para o presidente e o primeiro-ministro”; (c) na dinâmica presidencial, visto que “o presidente controla o poder executivo até ao ponto de reduzir o primeiro-ministro à condição de mero chefe de gabinete presidencial”. Excetuando-se Brasil e Portugal, os demais parlamentos lusófonos ainda enfrentaram uma falta de institucionalização e lutam para afirmar a sua independência perante executivos fortes” (Azevedo, 2011).

Apesar das características comuns, os autores chamam a atenção para as particularidades do semi-presidencialismo em cada país lusófono e defendem a ideia de que não existe um modelo lusófono, mas uma marca, ou seja, os poderes presidenciais tendem a estar concentrados em poderes não-legislativos. “Isto significa que constitucionalmente há uma partilha, à partida do poder executivo” (Amorim Neto e Lobo, 2010, p. 21). Em Moçambique e Angola, os poderes presidenciais estão maximizados, enquanto em Cabo Verde, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, os poderes presidenciais são mais moderados. Guiné-Bissau, por sua vez, caracteriza-se pela redução dos poderes legislativos. O Brasil é exceção, pois adota o regime presidencial orientado pelo

modelo estadunidense. Quanto aos sistemas partidários, Angola e Moçambique caracterizam-se por sistemas de partido dominante; Brasil, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe apresentam sistema multipartidário e fragmentado; Portugal e Cabo Verde tendem para o bipartidarismo (Amorim Neto e Lobo, 2010).

A situação política dos países da CPLP é altamente heterogénea, com diferenças sociais, económicas, culturais e políticas expressivas. Aqui não há espaço para esmiuçar tais diferenças, visto que o foco da análise é a transparência digital dos parlamentos. Nesse sentido, é oportuno ressaltar os índices de baixo acesso da população à internet na maioria dos países da CPLP, especialmente no caso de Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste. São nações que ainda se encontram em situação de *divisão digital* (Castells, 2003), ou seja, um tipo de divisão entre os países que detêm os recursos económicos, políticos e culturais para operar na esfera digital e os que ficam excluídos do mundo das interconexões.

Os indicadores de acesso à internet mais expressivos são registrados em Portugal e no Brasil, com 80% e 61% da população, respetivamente, como mostra o quadro 5. A exclusão digital faz com que os parlamentos da maioria dos países da CPLP prestem contas das suas atividades apenas a restritas parcelas da população, excluindo grandes segmentos, mesmo do ponto de vista informativo. Essas informações circulam em núcleos privilegiados das sociedades, atingindo quase sempre as elites e setores com maior poder aquisitivo e capital cultural. Nos países lusófonos da África, o acesso da população é mais expressivo em Moçambique e Cabo Verde.

QUADRO 5
Acesso da população à internet nos países da CPLP

País	Em %
Angola	17
Brasil	61
Cabo Verde	34,7
Guiné-Bissau	2,9
Moçambique	48,8
Portugal	80
S. Tomé e Príncipe	21,6
Timor Leste	0,9

Fonte: Elaboração do autor, com dados oficiais de cada país da CPLP.

MAPEAMENTO DAS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS AO CIDADÃO NOS WEBSITES DOS PARLAMENTOS

Todas as informações compiladas para o estudo foram captadas diretamente nos *websites* das instituições legislativas, conforme consta no quadro 6. Dos oito países da CPLP, o Brasil é o único com o parlamento bicameral, composto pela Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Para efeitos de comparação, optámos pela Câmara dos Deputados, pela sua analogia em relação às demais instituições legislativas analisadas.

QUADRO 6

Websites dos parlamentos dos países de língua portuguesa

País	Instituição Legislativa	Tipo	Website
Angola	Assembleia Nacional de Angola	Unicameral	http://www.parlamento.ao
Brasil	Câmara dos Deputados	Bicameral	www.camara.leg.br
Cabo Verde	Assembleia Nacional de Cabo Verde	Unicameral	http://www.parlamento.cv/
Guiné-Bissau	Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau	Unicameral	http://www.anpguinebissau.org/assembleia
Moçambique	Assembleia da República de Moçambique	Unicameral	www.parlamento.mz
Portugal	Assembleia da República	Unicameral	http://www.parlamento.pt/
S. Tomé e Príncipe	Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe	Unicameral	www.parlamento.st
Timor Leste	Parlamento Nacional de Timor -Leste	Unicameral	www.parlamento.tl

Fonte: Elaboração do autor.

Antes de prosseguir é necessário esclarecer as razões para a escolha dos *websites* como objeto de estudo. Os *websites* são considerados na literatura como um importante instrumento de transparência política e de interação entre os cidadãos e as instituições legislativas (Braga, 2007; Leston-Bandeira, 2007; 2012; Barros, Bernardes e Rebhein, 2015a 2015b e 2015c; 2016; Bernardes e Leston-Bandeira, 2016; Braga, Mitozo e Tadra, 2016). Esses autores destacam o papel da internet na institucionalização das democracias e na ampliação das possibilidades de interação entre parlamentos e cidadãos. Apesar do potencial das redes sociais digitais, os *websites* são reconhecidos na literatura como repositórios mais amplos e consolidados de informações legislativas, além de servirem de suporte para as ferramentas de participação e interação, incluindo os *media* sociais.

Ademais, o levantamento prévio realizado antes da execução final da pesquisa mostrou baixa adesão dos parlamentos da CPLP aos *media* sociais, à exceção do Brasil e de Portugal. No caso dos *websites*, ao contrário, o levantamento mostrou adesão de todos os parlamentos da CPLP. Tal opção, portanto, garante um estudo mais consistente, a partir de matrizes de informação já consolidadas, ao contrário dos *media* sociais que na época do levantamento eram utilizadas apenas pelos parlamentos do Brasil, Portugal e Cabo Verde, limitando-se ao perfil no *Facebook* para reprodução de notícias institucionais

de seus *websites*. Isso confirma estudos que mostram um uso secundário dos *media* sociais pelos parlamentos, cuja tónica ainda são os *websites* (Barros, Bernardes e Rehbein, 2015a, 2015b e 2015c; Braga, Mitozo e Tadra, 2016).

A análise foi organizada em seis *itens*: informações gerais, estrutura e direção, atividades legislativas, prestação de contas sobre gastos, meios de divulgação institucional, contacto e relacionamento com a sociedade. O uso dessas categorias justifica-se por dois motivos. O primeiro por já ser registado em estudos sobre outros parlamentos (Barros, Bernardes e Rehbein, 2015a, 2015b e 2015c). O segundo resultou de levantamento prévio nos *websites* dos parlamentos lusófonos, a fim de averiguar se tais categorias também constavam em todos os *websites*, o que se confirmou. A coleta e a sistematização de dados seguiram os princípios da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977), com base no estudo de Barros, Bernardes e Rehbein (2015a, 2015b e 2015c). A vantagem de seguir esse procedimento está no respaldo da literatura citada, havendo necessidade apenas de leves adaptações para o caso dos parlamentos lusófonos. Uma limitação é que essa modalidade de estudo permite avaliar apenas a existência ou não das informações nas categorias mencionadas, sem permitir avaliar a qualidade das informações. A escala utilizada toma o índice 1,00 como valor máximo, para efeitos comparativos entre as oito instituições.

O quadro 7 mostra o levantamento sobre as informações gerais disponíveis. A avaliação revela um bom desempenho de todos os parlamentos da CPLP nesse quesito, cujo índice⁶ de menor expressividade registado é de 0,692, referente à Assembleia Nacional de Cabo Verde. Os índices mais elevados são da Câmara dos Deputados do Brasil e da Assembleia da República de Portugal, ambas com 1,00 de desempenho. Em segundo lugar está a Assembleia Nacional de Angola, com 0,923, seguida da Assembleia da República de Moçambique, com 0,846. Em quarto lugar estão empatadas com o mesmo índice: Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau, Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe e Parlamento Nacional de Timor-Leste, todos com 0,769.

A divulgação de informações como o regimento da instituição e a estrutura e direção do parlamento são considerados relevantes para que o público interessado se possa inteirar sobre as normas de funcionamento da instituição, como se processa a sua organização e quem são os seus dirigentes. Além disso, essas informações podem ser úteis para outras instituições políticas, além de poderem servir de base para a análise comparada no campo de investigações de cientistas políticos. Nesse sentido, há registo de estudos que consideram tais informações relevantes do ponto de vista da transparência legislativa ampla

6 A escala utilizada no cálculo do índice considera 1 a pontuação máxima.

QUADRO 7
 Informações gerais dos *websites* dos parlamentos da CPLP

Dados	AO	BR	CV	GB	MZ	PT	ST	TL
Regimento da instituição	1	1	1	1	1	1	1	1
Relatórios anuais de atividades	1	1	0	0	1	1	1	1
Biblioteca parlamentar, arquivos e serviços de informação	1	1	1	1	1	1	1	0
Atas de votações do plenário	1	1	0	0	0	1	0	0
Atas de votações das comissões	1	1	0	0	0	1	0	0
Normas de funcionamento da instituição	1	1	1	1	1	1	1	1
Código de Ética e Decoro Parlamentar	0	1	0	1	1	1	0	1
Legislação do país	1	1	1	1	1	1	1	1
Relatórios sobre legislaturas anteriores	1	1	1	1	1	1	1	1
Lista e biografia dos parlamentares	1	1	1	1	1	1	1	1
Dados sobre eleições parlamentares	1	1	1	1	1	1	1	1
Informações sobre parlamentos regionais	1	1	1	1	1	1	1	1
Dados sobre organismos interparlamentares	1	1	1	1	1	1	1	1
<i>Índice final</i>	<i>0,923</i>	<i>1,00</i>	<i>0,692</i>	<i>0,769</i>	<i>0,846</i>	<i>1,0</i>	<i>0,769</i>	<i>0,769</i>

Fonte: Elaboração do autor.

e irrestrita (Barros, Bernardes e Rehbein, 2015a, 2015b e 2015c; Bernardes e Leston-Bandeira, 2016).

Em termos gerais, o tópico sobre as informações acerca da estrutura e a direção dos parlamentos também obteve um bom desempenho, com exceção da Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau, que registra o menor índice, com 0,16. As demais ficaram na faixa de 0,58 a 1,00. No topo estão a Câmara dos Deputados do Brasil e o Parlamento Nacional de Timor-Leste. Em segundo lugar ficam a Assembleia Nacional de Cabo Verde e a Assembleia da República de Portugal, ambas com 0,83. Em terceiro lugar figura a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, com 0,66, seguida da Assembleia da República de Moçambique, com 0,58.

Quanto às atividades legislativas, destacam-se a Câmara dos Deputados do Brasil e a Assembleia da República de Portugal, com 1,00 e 0,94, respectivamente. A Assembleia da República de Moçambique registra 0,61. Em seguida aparecem o Parlamento Nacional de Timor-Leste (0,55) e a Assembleia Nacional de Angola (0,50). Na sequência, estão a Assembleia Nacional Popular da

QUADRO 8

Informações sobre a estrutura e a direção do parlamento

Dados	AO	BR	CV	GB	MZ	PT	ST	TL
Dados sobre o presidente da instituição	1	1	1	1	1	1	1	1
Dados sobre a mesa-diretora	1	1	1	1	1	1	1	1
Dados sobre as lideranças partidárias	1	1	1	0	1	1	1	1
Dados sobre os presidentes das comissões	1	1	1	0	1	1	1	1
Dados sobre os órgãos de correição e investigação parlamentar	0	1	1	0	0	0	0	1
Dados sobre a direção dos demais órgãos legislativos	1	1	0	0	0	1	1	1
Composição partidária do parlamento	1	1	1	0	1	1	1	1
Blocos e coligações partidárias	1	1	1	0	1	1	1	1
Composição das comissões parlamentares	1	1	1	0	1	1	1	1
Perfil e foto do presidente	0	1	1	0	0	1	0	1
Perfil e foto dos integrantes da mesa diretora	0	1	1	0	0	1	0	1
Perfil e foto dos presidentes das comissões parlamentares	0	1	0	0	0	0	0	1
<i>Índice final</i>	<i>0,66</i>	<i>1,0</i>	<i>0,83</i>	<i>0,16</i>	<i>0,58</i>	<i>0,83</i>	<i>0,66</i>	<i>1,0</i>

Fonte: Elaboração do autor.

República da Guiné-Bissau e a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, ambas com 0,38. O índice menos expressivo fica para a Assembleia Nacional de Cabo Verde, com 0,27.

O desempenho de maior relevância diz respeito às informações sobre os projetos de leis em tramitação, a agenda do plenário e os tratados/acordos internacionais. Entre os tópicos mais deficitários de transparência estão a agenda de trabalho dos demais órgãos legislativos (excetuando-se o plenário e as comissões), o áudio e vídeo das sessões das comissões e do plenário.

Em relação à divulgação dos gastos e despesas das instituições parlamentares, há três níveis de transparência. A Câmara dos Deputados do Brasil representa o primeiro nível, com o índice mais elevado (0,894). O segundo nível é composto por três parlamentos, com igual desempenho (0,052): Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau, Assembleia da República de Moçambique e Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe. Por último, com ausência total de informações sobre as despesas estão a Assembleia Nacional

QUADRO 9
 Informações sobre as atividades legislativas

Dados	AO	BR	CV	GB	MZ	PT	ST	TL
Informações sobre os projetos em tramitação	1	1	1	1	1	1	1	1
Agenda do plenário	1	1	1	1	1	1	1	1
Agenda das comissões	1	1	1	1	1	1	0	1
Agenda dos demais órgãos legislativos	0	1	0	0	0	1	0	0
Discursos e pronunciamentos	1	1	0	1	1	1	0	0
Atas das sessões	1	1	0	1	1	1	0	1
Agenda do presidente	0	1	0	1	1	1	1	1
Informações sobre o processo legislativo	1	1	0	0	1	1	1	1
Informações sobre as funções de cada órgão do parlamento	0	1	0	0	1	1	1	1
Relatórios de presença dos parlamentares às sessões	0	1	0	0	0	0	0	0
Glossário de termos legislativos	0	1	0	0	0	1	1	0
Áudio e vídeo das sessões do plenário	1	1	0	0	0	1	0	0
Áudio e vídeo das sessões das comissões	0	1	0	0	0	1	0	0
Dados sobre as bancadas temáticas	1	1	0	0	1	1	0	1
Dados sobre as bancadas dos estados/províncias/regiões	1	1	1	0	1	1	0	1
Tratados e acordos internacionais	0	1	1	1	1	1	1	1
<i>Índice final</i>	<i>0,50</i>	<i>1,0</i>	<i>0,27</i>	<i>0,38</i>	<i>0,61</i>	<i>0,94</i>	<i>0,38</i>	<i>0,55</i>

Fonte: Elaboração do autor.

de Angola, a Assembleia Nacional de Cabo Verde e o Parlamento Nacional de Timor-Leste. Excetuando-se a instituição brasileira, há uma carência expressiva de informações sobre as despesas dos parlamentos dos países da CPLP. Todos eles publicam apenas o orçamento geral do país, sem preocupação específica com os custos da representação parlamentar, excetuando-se a Câmara dos Deputados brasileira, como mostra o quadro 10.

No quesito divulgação institucional a Câmara dos Deputados do Brasil fica em primeiro lugar, com 1,00, seguida da Assembleia da República de Portugal, com 0,50. Na sequência está a Assembleia da República de Moçambique, com 0,375. A Assembleia Nacional de Angola, a Assembleia Nacional de Cabo Verde e a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe aparecem em seguida,

QUADRO 10

Prestação de contas sobre gastos e despesas dos parlamentos

Dados	AO	BR	CV	GB	MZ	PT	ST	TL
Prestação de contas sobre os gastos parlamentares	0	1	0	1	0	0	0	0
Remuneração e subsídios dos parlamentares	0	1	0	0	0	0	0	0
Despesas com viagens oficiais, diárias e passagens aéreas	0	1	0	0	0	0	0	0
Informações sobre o valor da verba de gabinete	0	1	0	0	0	0	0	0
Contratos e licitações	0	1	0	1	1	0	1	0
Gastos com planos de saúde para os parlamentares	0	1	0	0	0	0	0	0
Gastos com aposentadoria e pensões dos parlamentares	0	1	0	0	0	0	0	0
Gastos com transporte local e deslocamento dos parlamentares	0	1	0	0	0	0	0	0
Gastos com horas extras dos parlamentares	0	1	0	0	0	0	0	0
Despesas com auxílio moradia dos parlamentares	0	1	0	0	0	0	0	0
Despesas com auxílio-alimentação dos parlamentares	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de contas sobre os escritórios estaduais/provinciais/regionais	0	0	0	0	0	0	0	0
Dados sobre gastos com os gabinetes parlamentares na sede	0	1	0	0	0	0	0	0
Relatórios de gestão financeira do parlamento	0	1	0	0	0	0	0	0
<i>Índice final</i>	0	0,894	0	0,052	0,052	0	0,052	0

Fonte: Elaboração do autor.

com 0,312. Em último lugar estão a Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau e o Parlamento Nacional de Timor-Leste, ambos com 0,250, segundo o quadro 11.

Quanto às interfaces institucionais com a sociedade e formas de mediação com setores da esfera civil, mais uma vez a Câmara dos Deputados do Brasil apresenta o maior desempenho, com 0,969. A Assembleia da República de Portugal aparece em segundo lugar, com 0,393. O terceiro lugar fica para a Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau, com 0,272.

QUADRO 11
Meios de divulgação institucional

Meios	AO	BR	CV	GB	MZ	PT	ST	TL
Noticiário eletrônico <i>online</i>	1	1	1	1	1	1	1	1
Canal de televisão legislativa	0	1	0	0	0	1	0	0
Webtv	0	1	0	0	0	1	0	0
Emissora de rádio	0	1	0	0	0	0	0	0
Webrádio	0	1	0	0	0	0	0	0
<i>Download</i> de conteúdos	1	1	1	1	1	1	1	1
<i>Clipping</i> de notícias sobre o parlamento	0	1	0	0	0	0	0	0
<i>Blogs</i> dos órgãos parlamentares	0	1	0	0	0	1	0	0
Diário oficial do parlamento	1	1	1	1	1	1	1	1
Material de divulgação para a imprensa	1	1	1	1	1	1	1	1
Banco de imagens dos eventos legislativos	1	1	0	0	1	0	0	0
Entrevistas com parlamentares	0	1	0	0	1	0	0	0
Debates com parlamentares	0	1	1	0	0	1	1	0
<i>Índice final</i>	0,312	1,0	0,312	0,250	0,375	0,50	0,312	0,250

Fonte: Elaboração do autor.

Em quarto lugar empatam com 0,242 a Assembleia da República de Moçambique e a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe. Os menores índices são registados, respetivamente pelo Parlamento Nacional de Timor-Leste (0,212), Assembleia Nacional de Angola e Assembleia Nacional de Cabo Verde (ambos com 0,151), conforme exposto no quadro 12.

Considerando o índice geral de desempenho, a partir do somatório dos seis *itens* avaliados, o quadro 13 mostra a classificação final, com a Câmara dos Deputados do Brasil em primeiro lugar e a Assembleia da República de Portugal em segundo, com 0,977 e 0,610, respetivamente. Em terceiro lugar aparece o Parlamento Nacional de Timor-Leste, com 0,464, seguido da Assembleia da República de Moçambique, com 0,450. Na sequência temos: a Assembleia Nacional de Angola (0,425), a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (0,403), a Assembleia Nacional de Cabo Verde (0,375) e a Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau (0,313).

Com o propósito de comparar os índices obtidos no estudo aqui apresentado, cotejamos os dados com o índice de transparência de cada país da CPLP registados pela Transparência Internacional em 2015, mesmo ano de conclusão

QUADRO 12

Meios de contacto e relacionamento com a sociedade

Meios	AO	BR	CV	GB	MZ	PT	ST	TL
Formas de contacto com a presidência do parlamento	0	1	1	1	1	1	1	1
Formas de contacto com os demais órgãos da direção	0	1	0	1	1	1	1	1
Formas de contacto com as comissões	0	1	0	1	1	1	1	1
Endereço da instituição	1	1	1	1	1	1	1	1
N.º de telefone e e-mail da instituição	1	1	1	1	1	1	1	1
Serviço telefónico de atendimento ao cidadão	0	1	0	0	0	1	0	0
Serviço digital de atendimento ao cidadão	1	1	1	1	1	1	1	1
Comentários sobre os projetos/proposições	0	1	0	0	0	0	0	0
<i>Chats</i> com parlamentares	0	1	0	0	0	0	0	0
Ferramentas de busca para consultas temáticas	1	1	1	1	1	1	1	1
Tira-dúvidas sobre temas legislativos	0	1	0	0	0	1	0	0
e-Petições legislativas	1	0	0	0	0	1	0	0
Fóruns sobre temas legislativos	0	1	0	0	0	0	0	0
<i>Links</i> para redes sociais	0	1	0	0	0	0	0	0
Comentários em notícias	0	1	0	0	1	0	0	0
<i>Newsletter</i>	0	1	0	0	0	1	0	0
Inquéritos sobre temas políticos	0	1	0	1	0	0	0	0
Resultados dos inquéritos	0	1	0	1	0	0	0	0
Programas de educação política	0	1	0	0	0	1	0	0
Visitação cívica guiada	0	1	0	0	0	1	0	0
<i>Tour</i> cívico virtual	0	1	0	0	0	1	1	0
<i>Índice final</i>	0,151	0,969	0,151	0,272	0,242	0,393	0,242	0,212

Fonte: Elaboração do autor.

do levantamento aqui realizado. Esse procedimento é interessante para situar os índices de transparência específicos dos parlamentos com o índice nacional de cada um dos países. Nesse sentido, os dados mostram que os parlamentos do Brasil e de Portugal apresentam maior desempenho no âmbito da CPLP.

QUADRO 13
Índice Geral

Itens	BR	PT	TL	MZ	AO	ST	CV	GB
Informações gerais	1,00	1,00	0,769	0,846	0,923	0,769	0,692	0,769
Estrutura e direção	1,00	0,830	1,00	0,580	0,666	0,666	0,830	0,160
Atividades legislativas	1,00	0,940	0,555	0,610	0,500	0,380	0,270	0,380
Prestação de contas	0,894	0,000	0,000	0,052	0,000	0,052	0,000	0,052
Divulgação institucional	1,00	0,500	0,250	0,375	0,312	0,312	0,312	0,250
Contacto e relacionamento	0,969	0,393	0,212	0,242	0,151	0,242	0,151	0,272
<i>Total</i>	<i>5,863</i>	<i>3,663</i>	<i>2,786</i>	<i>2,705</i>	<i>2,552</i>	<i>2,421</i>	<i>2,255</i>	<i>1,883</i>
<i>Índice final</i>	<i>0,977</i>	<i>0,610</i>	<i>0,464</i>	<i>0,450</i>	<i>0,425</i>	<i>0,403</i>	<i>0,375</i>	<i>0,313</i>
Classificação final	1	2	3	4	5	6	7	8

Fonte: Elaboração do autor.

Nos demais países também há variações, revelando que a transparência não é homogênea se considerado o conjunto das instituições de cada nação, como se vê no quadro 14.

QUADRO 14
Índice de transparência dos países da CPLP

País	Índice Nacional de Transparência	Transparência do parlamento
Angola	2,2	4,25
Brasil	3,5	9,77
Cabo Verde	4,9	3,75
Guiné-Bissau	2,2	3,13
Moçambique	2,8	4,50
Portugal	6,5	6,10
S. Tomé e Príncipe	2,7	4,03
Timor Leste	2,6	4,64

Fonte: Transparência Internacional, 2015. Escala de zero a 10.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O uso da internet como *media* informativo, com a divulgação de noticiário eletrônico sobre o parlamento, é o principal recurso utilizado, seguido da possibilidade de *download* de conteúdos. Outro *item* contemplado por todas as instituições é a publicação do diário oficial do parlamento, além de instrumentos de relacionamento com os *media*, com a divulgação de material informativo sobre o parlamento para a imprensa. A dimensão informativa prevalece, portanto. Apenas a Câmara dos Deputados do Brasil e a Assembleia da República de Portugal divulgam as suas atividades por meio de canal próprio de televisão. Os dados confirmam o uso da internet pelos parlamentos como um *mural virtual* (Castells, 2003) e como *media tácticas* (Juris, 2005) e *media das fontes* (Sant'Anna, 2008).

Em suma, percebe-se um baixo investimento em modalidades diversificadas de divulgação institucional. Apesar das possibilidades e do baixo custo da internet, recursos como *blogs*, *webtv* e *webrádio*, por exemplo, ainda não são explorados pela maioria dos parlamentos dos países da CPLP. A Câmara dos Deputados brasileira figura como exceção, o que se justifica pelo seu projeto institucional de divulgação em *media das fontes* e o seu projeto de parlamento aberto (Faria, 2012).

Quanto aos *itens* com desempenho superior estão as informações relativas às normas e funcionamento das instituições, a legislação de cada país, os relatórios de legislaturas anteriores, lista e biografia dos parlamentares, dados sobre parlamentos regionais e organismos interparlamentares. Os *itens* com desempenho inferior, por sua vez, são a divulgação das atas de votações do plenário e das comissões, as normas de decoro e de ética parlamentar, os relatórios anuais de atividades, e a biblioteca parlamentar, conforme foi exposto acima.

No campo das informações gerais, o levantamento revela um nível elementar de transparência ativa, ou seja, aquela que compreende as informações divulgadas por iniciativa das próprias instituições. Trata-se de documentos de domínio público, na sua maioria, como a legislação do país, a biografia dos parlamentares, estatísticas sobre eleições e dados sobre as relações inter-parlamentares. Apesar disso, ainda existem *déficits* de transparência, mesmo tratando-se de informações básicas, como as atas das votações do plenário e das comissões. Neste campo, cinco dos oito parlamentos não publicam esses registros: CV, GB, MZ, ST, TL.

Ainda em relação à categoria “informações gerais”, entre os *itens* de desempenho superior estão as informações sobre o presidente da instituição e os dados sobre os órgãos diretores dos parlamentos. Quanto aos *itens* com menor

desempenho predominam a falta de informações sobre os presidentes das comissões parlamentares e dados sobre os órgãos de correição e investigação parlamentar, como as corregedorias parlamentares e os conselhos de ética e decoro. Esses órgãos são responsáveis pela investigação de condutas inadequadas dos representantes. Apenas os parlamentos de BR, CV e TL publicam informações sobre os processos de investigação contra parlamentares. Nos demais, esses dados são omitidos nos *websites*. Caberia aprofundar se não há dados porque não existem representantes investigados ou se tal lacuna constitui omissão política intencional.

Em relação à categoria “informações sobre as atividades legislativas”, chama atenção a falta de informações ao público sobre a assiduidade dos parlamentares às sessões legislativas. Apenas a Câmara dos Deputados brasileira publica na sua *webpage* relatórios mensais de presença dos deputados às sessões. O áudio e o vídeo das sessões das comissões são publicados apenas pela Câmara brasileira e a Assembleia portuguesa. Apenas três instituições publicam um glossário de termos legislativos: a Câmara brasileira, a Assembleia portuguesa e Assembleia de São Tomé e Príncipe. É de notar o reconhecimento de que os procedimentos legislativos são complexos e exigem o domínio de um repertório técnico de difícil domínio pela maioria dos cidadãos. A publicação de glossário com termos legislativos poderia ajudar na compreensão do público interessado em acompanhar as atividades legislativas por meio da internet. Em alguns casos, faltam até informações elementares como as funções de cada órgão do parlamento, como foi exposto no quadro 8.

Na parte relativa à divulgação dos gastos parlamentares, certamente a atuação da imprensa e de entidades não-governamentais em defesa da transparência política exercem influência direta na divulgação dos gastos e despesas das instituições políticas, como tem sido no caso do Brasil. Desde que foi criada no ano 2000, a Transparência Brasil (www.transparencia.org.br) passou a acompanhar sistematicamente os gastos do poder legislativo, fornecendo levantamentos completos para a imprensa. Esse modo de atuar favorece a visibilidade dessa agenda e aumenta a pressão social por maior transparência e responsabilização.

Nos demais países, esse processo parece que tem produzido menos impacto, o que exigiria estudos contextuais para aprofundamento. O facto é que, conforme já foi argumentado, a transparência política é socialmente produzida, o que implica um *interplay* entre atores políticos e atores sociais (Barros, 2015). Quanto menor a transparência nas instituições parlamentares, certamente menor tem sido o engajamento dos demais atores e instituições sociais que exercem o papel de empreendedores morais em defesa da qualidade da democracia (Gugliano, 2013).

No tópico relativo aos meios de contacto e de relacionamento com a sociedade, os *itens* de melhor desempenho dizem respeito à divulgação de informações básicas, como endereço, número telefónico e correio eletrónico das instituições, além de ferramenta de busca para consultas temáticas nos *websites*. Nos demais temas avaliados observa-se um elevado *déficit* de estratégias de contacto e relacionamento com a sociedade, apesar das alternativas oferecidas pelos mecanismos digitais de interação. Mesmo instrumentos simples como o *tour* cívico virtual aparecem apenas nos *websites* da Câmara dos Deputados do Brasil, da Assembleia da República de Portugal e da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe.

O levantamento mostra baixa adesão dos parlamentos dos países da CPLP aos recursos da democracia digital e de parlamento aberto (Faria, 2012). Alguns dados chamam a atenção, como a inexistência de serviço telefónico para atendimento ao cidadão na maioria dos casos. Apesar dos avanços e da expansão da internet, é sabido que ainda existem dificuldades para muitos cidadãos desses países, especialmente no caso das nações africanas, para o uso quotidiano de internet com banda larga (v. Quadro 5). Assim, um sistema telefónico de atendimento constitui uma alternativa. No campo digital, as lacunas identificadas, conforme o quadro 9, são as seguintes: falta de ferramenta para comentários do público sobre os projetos de leis em tramitação, inexistência de mecanismos que permitam interatividade efetiva com os parlamentares, além da impossibilidade de assinatura de e-petições, de *newsletters* sobre temas legislativos, de inquéritos e de programas de educação política.

A baixa disposição da maioria das instituições em estudo, conforme mostram os dados, para o investimento em responsabilização digital pode comprometer a legitimidade e a confiança dos cidadãos. Além disso, reduz as chances de aumentar a satisfação da população com o desenvolvimento dos regimes democráticos (Norris, 2011; Lijphart, 2001; Tilly, 2008). Os dados mostram que os parlamentos de países como Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, e Timor Leste ainda estão distantes da conceção de parlamento aberto (Leston-Bandeira, 2007; Faria, 2012), uma vez que a internet tem sido subutilizada do ponto de vista de conexão das instituições parlamentares com a sociedade. A transparência é apontada na literatura como um dos requisitos inerentes às instituições parlamentares, além da probidade, da representatividade, acessibilidade, responsabilidade e eficácia política (Batista, 2003a; 2003b). Neste aspeto, as instituições mencionadas ainda são nitidamente deficitárias, como mostram os dados.

As políticas de divulgação institucional observadas no estudo destinam-se a promover a imagem pública das instituições e dos seus representantes. Essa reputação pública exerce um papel fundamental na vida política, uma vez

que está diretamente associada ao capital simbólico da credibilidade e da confiança, o que tem reflexo direto na reputação institucional. A imagem pública é consequência da visibilidade, uma vez que aquilo que é mostrado produz efeitos cognitivos e simbólicos no público.

A construção da imagem pública está associada, portanto, à produção e à divulgação de opiniões e à consequente adesão do público a determinadas formas de pensar. Afinal, a política baseia-se na capacidade de formar opinião. Enquanto as ciências exatas e naturais operam com evidências racionais ou provas empíricas expressas em definições, postulados, teoremas e similares (discursos monológicos), a política situa-se no campo dialógico da pluralidade de ideias, uma vez que se trata de uma atividade que se instaura na relação entre os homens, ou seja, a pluralidade está na sua própria origem e a na visibilidade lhe é inerente. Tal raciocínio conduz ao pressuposto de que a política se situa no âmbito da opinião, com todas as implicações positivas e negativas que daí decorrem.

A imagem pública tem como insumo simbólico a confiança política, um dos elementos centrais da modernidade, na forma de credibilidade pública, o que se reflete diretamente na imagem e na reputação de governos e de instituições públicas. Trata-se de “uma forma de fé na qual a segurança adquirida em resultados prováveis expressa mais um compromisso com algo do que apenas uma compreensão cognitiva” (Giddens, 1990, p.29). Dessa forma, a confiança expressa no nível de adesão ao regime democrático e na utilização das instituições oficiais constitui um fator simbólico de suma importância para a estabilidade política e institucional.

Como assinala Miguel, há uma “deterioração da adesão popular às instituições representativas” (2008, p.123). Noutra obra, Miguel faz uma síntese dos estudos que apontam uma crise da representação ou da democracia nos países ocidentais nos anos 70 e 90 do século passado e que revelam “o descrédito generalizado das instituições representativas entre os cidadãos comuns” (Miguel, 2008, p.27). A confiança, portanto, poderia tornar-se um antídoto às recorrentes crises das democracias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados mostram que a internet já é de uso generalizado nos parlamentos dos países de língua portuguesa, como ocorre nas demais instituições de representação parlamentar (Leston-Bandeira, 2012). Ressalvadas as iniciativas mais abrangentes da Câmara dos Deputados do Brasil e da Assembleia da República de Portugal, conclui-se que ainda faltam estratégias mais efetivas de transparência nas demais instituições da CPLP. Os potenciais democráticos da internet

e suas ferramentas de transparência digital, apontados na primeira parte do texto por autores como Silva *et al.* (2009) ainda estão distantes de serem plenamente concretizados pela maioria das casas legislativas dos países da CPLP.

Chama a atenção ainda a primazia da função informativa dos *websites* dos parlamentos da CPLP, em detrimento das funções de interação, participação cidadã e debate sobre os temas em discussão nas instituições parlamentares. Esse diagnóstico confirma uma série de estudos empíricos já realizados sobre as lógicas de uso dos *media* digitais por instituições políticas (Braga, 2007). Esse ponto converge com vários outros estudos, entre eles o de Barros, Bernardes e Rehbein (2015a, 2015b, 2015c), os quais apontaram que, atualmente, o uso da internet por parlamentares é predominantemente instrumental, estratégico e ritualizado das ferramentas da galáxia da internet. Para os autores, a preocupação dos deputados ao buscarem essa ferramenta não é o estabelecimento de um processo dialógico, mas sim, a criação de um relacionamento interpessoal que aumente a confiança, através dessa aproximação e que possa ter efeitos eleitorais.

A análise revela que as instituições parlamentares da CPLP ainda utilizam os “novos *media*”, com a mesma lógica dos “velhos *media*”. Isso significa que, apesar das possibilidades de democracia digital, em termos de ferramentas interativas e dialógicas oferecidas pela internet, permanece uma lógica unidirecional de oferta de conteúdos. Depreende-se, pois, que não se trata de carência de meios técnicos, mas de disposição política das instituições. Essa dissonância em relação aos prognósticos democratizantes da internet conduz a vários questionamentos sobre o seu alcance efetivo em termos de promoção de maior interação entre a esfera da representação e a esfera civil, o que lembra a observação de Pipa Norris (2011) de que o uso político dos *media* digitais apenas reforça o uso dos demais meios de informação, uma vez que os cidadãos que buscam esses canais para fins políticos são aqueles que já mostravam algum engajamento fora da esfera virtual. Por outras outras palavras, seria “pregar para os convertidos”.

Em termos políticos, as implicações decorrentes desse diagnóstico revelado pelas conclusões do estudo é que a responsabilização é a principal função dos *websites* dos parlamentos dos países da CPLP, em consonância com os argumentos de Karlsson (2013), porém com pouca relevância para as demais funções políticas dos *media* digitais, como *inquérito* e *conectividade*, o que reafirma o caráter unidirecional já apontado, desprovido de porosidade social. As duas últimas funções apontadas dizem respeito a um conjunto de estratégias para captar as percepções dos cidadãos, auscultar a opinião dos usuários dos *websites* e oferecer possibilidades de interação e participação nos debates que se desenrolam no interior das arenas legislativas. Ao privilegiar somente

a primeira função, os parlamentos da CPLP usam a visibilidade no âmbito virtual como recurso simbólico para a renovação da sua legitimidade perante os usuários de internet que acessam suas *webpages*.

Dessa forma, as instituições parlamentares delimitam simbolicamente os papéis políticos e reforçam a visão liberal da divisão do trabalho político entre os representantes como agentes peritos do campo político e os cidadãos como leigos, meros recetores das informações e espetadores do teatro político. A função de debate, por exemplo, mantém-se como exclusiva dos parlamentares, os responsáveis pela formulação das políticas públicas e pela definição dos enquadramentos interpretativos referentes aos projetos de lei em tramitação. O cidadão é mantido à distância do processo político, portanto, principalmente no que diz respeito à esfera decisória, reforçando o papel do parlamento como agência deliberativa.⁷

7 Os autores agradecem às pesquisadoras Cristiane Bernardes e Malena Rehbein Sathler pelas contribuições no desenho da metodologia da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, H. N., VIANNA, I. (2015), “América latina e a democracia de baixa qualidade: estudo sobre os regimes híbridos e a internet como solução possível para o fortalecimento da accountability regional”. *Anais do Encontro Anual ANPOCS*. Disponível em <http://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gto4?format=html>. [Consultado em 20-01-2017].
- AMORIM NETO, O., LOBO, M. C. (2010), “Between constitutional diffusion and local politics: semi-presidentialism in Portuguese-speaking countries.” *American Political Science Association 2010 Annual Meeting*, 2010. Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1644026# [Consultado em 20-01-17].
- ANASTASIA, F., MELO, C. R. e SANTOS, F. (2004), *Governabilidade e Representação Política na América do Sul*, São Paulo, Editora UNESP.
- AZEVEDO, E. (2011), “Parliaments in Africa: representative institutions in the land of the ‘big man’”. *Journal of Legislative Studies*, 17 (1), pp. 65-85.
- BARDIN, L. (1977), *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70.
- BARROS, A. T. (2015), “O projeto de transparência do Senado Federal: entre a accountability e a propaganda política”. *Sociologias*, 17, 39, pp.338-368. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522017003913>.
- BARROS, A. T., BERNARDES, C. B., REHBEIN, M. R. (2015a), “O Parlamento brasileiro e as novas mídias: balanço da experiência recente da Câmara dos Deputados”. In A. Sathler e R. Braga (orgs.), *Legislativo pós-1988 : Reflexões e Perspectivas*, Brasília, Edições Câmara, pp. 183-222. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/22179> [Consultado em 20-01-2017].
- BARROS, A. T., BERNARDES, C. B., REHBEIN, M. R. (2015b), “Atuação parlamentar virtual”. *E-Legis*, 8, 16. Disponível em: <http://e-legis.camara.leg.br/cefor/index.php/e-legis/article/view/222> [Consultado em 20-01-2017].
- BARROS, A., BERNARDES, C., REHBEIN, M. (2015c), “Estratégias digitais de interação política dos parlamentos do Mercosul”. In C. B. Bernardes, F. P. Schwartz, *Comunicação, Educação e Democracia no Legislativo Brasileiro*, Brasília, Edições Câmara, pp. 65-89.
- BARROS, A. T., BERNARDES, C. B., REHBEIN, M. R. (2016), “Brazilian parliament and digital engagement”. *The Journal of Legislative Studies*, 22 (4), pp. 540-558.
- BATISTA, C. M. (2003a), “ICTs and good governance: the contribution of information and communication technologies to local governance in Latin America”. Paris, UNESCO. Disponível em http://portal.unesco.org/ci/fr/file_download.php/8f3ad45acad9d8ff16ba3fa8d9b81861Report+on+e-governance+in+Latin+America.pdf [Consultado em 23-01-2017].
- BATISTA, C. M. (2003b), *Democracia Digital*, Barcelona, Escuela Virtual de Gobernabilidad – EVG/UOC/UNESCO.
- BATISTA, C. M. (2006), *Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC e Participação Cidadã*, Brasília, UNB.
- BERNARDES, C. B., LESTON BANDEIRA, C. “Information vs engagement in parliamentary websites: a case study of Brazil and the UK”. *Revista de Sociologia e Política* 24, 59, pp. 91-107.
- BRAGA, S. (2007), *O Papel das TICs na Institucionalização das Democracias: um Estudo sobre a Informatização dos Órgãos Legislativos na América do Sul com Destaque para o Brasil*, Brasília, Plenarium/CEDI.
- BRAGA, S. S., MITOZO, I. B. e TADRA, J. (2016), “As funções desempenhadas pelos websites parlamentares brasileiros e o papel dos programas educativos”. *Educação e Sociedade*, 37, 136, pp. 793-819.

- CARDOSO, G., CUNHA, C. e NASCIMENTO, S. (2003), "O parlamento português na construção de uma democracia digital". *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42, pp. 113-140.
- CARDOSO, G., CUNHA, C. e NASCIMENTO, S. (2006), "Bridging the e-democracy gap in Portugal: MPS, ICTS and political mediation". *Information, Communication & Society*, 9 (4), pp. 452-472.
- CASTELLS, M. (2003), *A Galáxia da Internet*, Rio de Janeiro, Zahar.
- DALTON, R. J. (2012), "Apartisans and the changing German electorate". *Electoral Studies*, 31 (1), pp. 35-45.
- FARIA, C. F. (2012), *O Parlamento Aberto na Era da Internet: Pode o Povo Colaborar com o Legislativo na Elaboração das Leis?*, Brasília, Edições Câmara.
- FERRO, Á. M. (2015), "Sociedade civil e poder legislativo: participação extra-eleitoral das associações voluntárias da sociedade civil no parlamento português entre 2008 e 2015." Dissertação de mestrado em Sociologia, Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa.
- FIGUEIREDO, V. (1989), *Produção Social da Tecnologia*, São Paulo, EPU.
- FINURAS, A. P. M. de C. (2013), "Confiança nas instituições e valores culturais: estudo internacional comparado entre Angola, Cabo Verde, Moçambique e Portugal". Tese de doutoramento em Ciência Política, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Universidade Lusófona.
- GIDDENS, A. (1990), *As Consequências da Modernidade*, São Paulo, Unesp.
- GUEDES, A. M. (2007), "Os processos de constitucionalização dos Estados africanos lusófonos entre factos e normas". *Negócios Estrangeiros*, 11 (4), pp. 6-28. Disponível em https://idi.mn e.pt/images/rev_ne/2007_09_n_11_4.pdf.
- GUGLIANO, A. A. (2013), "Apontamentos sobre o conceito de qualidade da democracia". *Debates*, 7 (1), pp. 299-243.
- JAUARÁ, M. (2004), "Dilema da transição política na África lusófona: de uni para pluripartidarismo." Actas do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (Coimbra). Disponível em <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/ManuelJauara.pdf>. [Consultado em 20-01-2017].
- JUNGHERR, A. (2014), "The logic of political coverage on twitter: temporal dynamics and content." *Journal of Communication* 64 (2), pp. 239-259.
- JURIS, J. S. (2005), "The new media and activist networking within anticorporate globalization movements". *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 597, pp. 189-208.
- KARLSSON, M. (2013), "Representation as interactive communication". *Information, Communication and Society*, 16 (8), pp. 1201-1220.
- LESTON-BANDEIRA, C. (2007), "The impact of the internet on parliaments: a legislative studies framework". *Parliamentary Affairs*, 60 (4), pp. 655-674.
- LESTON-BANDEIRA, C. (2011), "Towards a trustee model? Parliamentary representation in the internet era: the Portuguese case". *Parliamentary Affairs*, 65 (2), pp. 425-447.
- LESTON-BANDEIRA, C. (2012), "Studying the relationship between Parliament and citizens". *Journal of Legislative Studies*, 18 (3-4), pp. 265-274.
- LIJPHART, A. (2001), "Democracy in the 21st century: can web e optimistic?". *European Review*, 9 (2), pp. 169-184.
- LOBO, M. C., NETO, O. A. (eds.) (2009), *O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- MIGUEL, L. F. (2008), "A mídia e o declínio da confiança na política". *Sociologias*, Porto Alegre, 10, 19, pp. 250-273.

- MOESTRUP, S. (2007), “Semi-presidentialism in young democracies: help or hindrance?”. In R. Elgie e S. Moestrup, *Semi-Presidentialism outside Europe: a Comparative Study*, Nova Iorque, Routledge, pp. 30-54.
- MOISÉS, J. Á. (2008), “Cultura política, instituições e democracia”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23, 66, pp. 11-43.
- MOISÉS, J. Á. (2010), *Democracia e Confiança – Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Democráticas?*, São Paulo, Edusp.
- NAZAR, L. (2014), “O papel da lusofonia nas relações entre Brasil e Angola.” *Revista Perspectivas do Desenvolvimento*, 2, 3, pp. 1-21.
- NORRIS, P. (2011), *Democratic Deficit*, Cambridge, Cambridge University Press.
- NORTON, P. (org.), *Parliaments and Governments in Western Europe*, Londres, Frank Cass, pp. 142-166.
- POGREBINSCHI, T., SANTOS, F. (2011), “Participação como representação”. *Dados*, 54 (3), pp. 259-305.
- RIBEIRO, E. A. (2011), “Confiança política na América Latina”. *Revista de Sociologia e Política*, 19, 39, pp. 167-182.
- SÁEZ, M. A., MERCEDEZ, M. G. (2013), “?Parlamentos abiertos?”. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Nota Técnica.
- SALGADO, S. (2012), “A internet e o processo de democratização: os casos de Angola e Moçambique”. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 51.
- SANT’ANNA, F. (2008), *Media das Fontes*, Brasília, Casa das Musas.
- SERRA, J. P. (2012), “Novos media e participação política”. *Observatorio (OBS*)*, 6 (2), pp. 127-155.
- SILVA, S. P. *et al.* (2009), “Publicidade, accountability e participação nos parlamentos da América Latina”. *Anais do I Seminário Nacional de Sociologia e Política*, Paraná, Universidade Federal do Paraná.
- TILLY, C. (2008), *Democracy*, Nova Iorque, Cambridge University Press.
- URBINATI, N. (2005), “O que torna a representação democrática”. *Lua Nova*, 67 (7), pp. 191-228.
- WORLD INTERPARLAMENTARY UNION. *Report*, (2016) Disponível em <http://www.ipu.org/english/surveys.htm#eparl16> [Disponível em 24-02-2017].

Recebido a 05-08-2016. Aceite para publicação a 23-02-2017.

BARROS, A. T., SANTOS, T. T. (2017), “Informação política e interação digital nos parlamentos dos países lusófonos”. *Análise Social*, 223, LII (2.º), pp. 360-391.

Antonio Teixeira de Barros » antonibarrosgmail.com » Centro de Formação Política da Câmara dos Deputados, Complexo Avançado, Cefor, Sala 03 » Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes — CEP 70160-900, Brasília, DF, Brasil.

Thais Teixeira Santos » thais.teixeiras@gmail.com » Centro de Formação Política da Câmara dos Deputados, Complexo Avançado, Cefor, Sala 03 » Palácio do Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes — CEP 70160-900, Brasília, DF, Brasil.
